

SOBRE LIVROS DIDÁTICOS-, quatro pontos

Nilson José Machado*

Introdução

No Brasil, os livros didáticos são, em sua maioria, desatualizados, de baixa qualidade, caros e de difícil acesso por parte dos estudantes. Afirmções como estas costumam circular em meios educacionais— excetuando-se, talvez, entre autores, editores e livreiros — como se sobre elas houvesse um razoável consenso. Todas elas, no entanto, exprimem meias-verdades, constituindo, naturalmente, meias-mentiras.

Qualidade, quantidade, custo e atualização são pontos sobre os quais diversas questões, pertinentes ou impertinentes, tempestivas ou intempestivas, têm sido formuladas no diagnóstico ou na proposição de políticas públicas para o livro didático. Neste artigo, vamos analisar cada um desses quatro pontos, buscando responder às questões referidas — ou reformulá-las, evidenciando as limitações no sentido em que são, freqüentemente, interpretadas.

A qualidade

Começamos com a questão da qualidade. A proposição categórica "Todos os livros didáticos são de má qualidade" é inteiramente inaceitável.

* Professor da Faculdade de Educação Universidade de São Paulo (USP).

Sua formulação somente poderia decorrer de uma exploração da questão apenas em sua dimensão retórica, o que pode resultar de um excessivo distanciamento do tema em suas circunstâncias concretas —ou da ausência de uma parcela mínima quer da prudência indutiva baconiana, quer dos preceitos da lógica aristotélica.

Seguramente, existem livros de má qualidade e livros de boa qualidade no mercado; existem hoje e poderíamos dizer que sempre existiram. Alguns livros de indiscutível qualidade, inclusive, deixaram de circular; morreram de "inanição" por falta de adoção, por não serem escolhidos pelos professores e não serem utilizados pelos alunos. Por outro lado, diversas comissões de avaliação, designadas por órgãos governamentais responsáveis pela distribuição de livros didáticos, em diferentes ocasiões, chegaram a diagnósticos mais ou menos parecidos: os livros utilizados apresentariam incorreções teóricas, disseminariam visões preconceituosas, etc.; seriam, em suma, de má qualidade.

Chegamos, então, a um ponto em que é necessário ter-se o cuidado de não simplificar demasiadamente a questão, concluindo-se que o problema se resumiria a uma falta de discernimento dos professores, por ocasião da escolha. Não é esse o xis da questão.

Na verdade, a palavra "qualidade" tem sido utilizada em temas educacionais com certa liberdade semântica, pretendendo-se, muitas vezes, transportar-se relações constitutivas de seu significado do terreno econômico ou de contextos empresariais para o universo educacional. Tal transferência resulta, quase sempre, eivada de impertinências.

De fato, os projetos empresariais costumam ter metas muito nítidas, visando a alvos bem delimitados. Os valores em questão são

essencialmente de natureza econômica; outras componentes valorativas são, decididamente, periféricas. No caso das escolas, os projetos educacionais são muito mais complexos, sobretudo porque os valores em cena são muito mais abrangentes, transcendendo em muito a dimensão econômica. A mais complexa das empresas é mais simples do que a mais simples das escolas, quando o que se tem em vista é a definição de um projeto norteador. E falar-se em qualidade sem uma explicitação do projeto em curso pode significar uma discussão sobre a melhor maneira de ir não sei aonde.

No caso específico dos livros didáticos, a qualidade tem sido examinada sempre a partir da perspectiva de determinada forma de utilização, na qual o papel dos mesmos é freqüentemente superestimado, sobretudo em sua relação com o do caderno.

Na verdade, muito haveria para examinar no que tange às funções do par livro-caderno, que apresentam uma complementaridade verdadeiramente essencial. A desconsideração de tal fato já conduziu, em diferentes momentos, a desvios contraproducentes, como o que ocorreu com a emergência e a disseminação dos livros "consumíveis". Tais livros subsumiam de modo caricato muitas das funções do caderno. As anotações individuais, em vez de constituírem uma mediação necessária entre a organização e a estabilidade da linguagem do livro e a maleabilidade e a instabilidade da linguagem do quadro-negro, tornaram-se estereotipadas nos livros "descartáveis", limitando-se, muitas vezes, a um preenchimento de espaços vazios da forma imaginada pelo autor. Tal padronização constitui um desserviço à construção da autonomia intelectual, na medida em que vincula os alunos aos professores de modo muito mais subserviente do que ocorre quando há a mediação do caderno.

Após um curto período de predomínio, o livro "consumível" foi "condenado" por razões essencialmente econômicas, permanecendo ao largo os fatores pedagógicos mais incisivos que o tornavam indesejável. A forma básica de utilização, no entanto, foi mantida, e o livro "adotado" pelo professor—consumível ou não—praticamente determina o conteúdo a ser ensinado. O professor abdica do privilégio de projetar os caminhos a serem trilhados, em consonância com as circunstâncias — experiências, interesses, perspectivas — de seus alunos, passando a conformar-se, mais ou menos acriticamente, com o encadeamento de temas propostos pelo autor. Tal encadeamento ora tem características idiossincráticas, ora resulta da cristalização de certos percursos, que de tanto serem repetidos, adquirem certa aparência de necessidade lógica; nos dois casos, a passividade do professor torna um pouco mais difícil a já complexa tarefa da construção da autonomia intelectual dos alunos.

Como se pode depreender do cenário acima esboçado, a forma de utilização praticamente conduz à escolha de determinado tipo de livro, uma vez que parece muito mais fácil entrar em sintonia com um autor que trilha caminhos conhecidos, que não cria "dificuldades", não aumenta a carga de trabalho do já sobrecarregado professor, oferecendo, pelo contrário, inúmeras facilidades de cunho supostamente pedagógico.

Insistimos em que o livro didático precisa ter seu papel redimensionado, diminuindo-se sua importância relativamente a outros instrumentos didáticos, como o caderno, seu par complementar, e outros materiais, de um amplo espectro que inclui textos paradidáticos, não-didáticos, jornais, revistas, redes informacionais, etc. A articulação de todos esses recursos, tendo em vista as metas projetadas para as circunstâncias concretas

vivenciadas por seus alunos, é uma tarefa da qual o professor jamais poderá abdicar e sem a qual seu ofício perde muito de seu fascínio.

É importante registrar que, ao pretender a diminuição da importância relativa do livro, situamo-nos bem distantes daqueles que, algumas vezes, pretendem sua simples eliminação; temos como assentado que, utilizado de modo adequado, o livro mais precário é melhor do que nenhum livro, enquanto o mais sofisticado dos livros pode tornar-se pernicioso, se utilizado de modo catequético.

Um aspecto que tem sido diretamente responsável pelas alegações de má qualidade do livro didático são os erros que eles supostamente conteriam. Nesse terreno, muito do que se aponta como erro parece não passar de mal-entendidos. Recentemente (1995), um grande jornal de São Paulo publicou uma matéria em que especialistas em matemática condenavam com veemência certo manual, por representar um conjunto C através de um diagrama de Euler — uma curva fechada, circundando os elementos de C —, situando a letra C no interior da curva. Dizia o especialista que isto confundiria os alunos, que poderiam pensar que C era um elemento do conjunto representado... Não diria que tal reclamação seria um preciosismo, trata-se, no caso, de um evidente exagero.

O exemplo não é isolado e muitos outros poderiam ser arrolados em defesa da afirmação de que, em sua maioria, as reclamações referentes a uma suposta má qualidade dos livros são irrelevantes. Não seria o caso de fazê-lo aqui, tanto por razões de espaço quanto pelo fato de que, em nossa argumentação, mesmo alguns erros considerados indiscutíveis poderiam não ser determinantes da rejeição de um livro: é preciso avaliá-lo pelo seu projeto global, pelo que apresenta de positivo, pelas sementes que planta, pelos

estímulos que provoca. Muitas vezes, os livros mais adotados, segundo critérios policiaiscos de não conterem qualquer erro "conceituai", estão entre os que menos acrescentam em idéias para um fecundo trabalho em classe. Naturalmente, existem erros graves que são francamente inadmissíveis; tais casos são raros e não justificariam afirmações tão categóricas quanto à qualidade dos livros didáticos em geral. Sintomaticamente, não temos em mente qualquer exemplo de erros desse tipo registrado nos livros didáticos já examinados pelas comissões de especialistas, sendo seus relatórios amplamente divulgados pelos jornais e revistas.

Resumindo, não temos qualquer receio em afirmar que, entre os inúmeros textos didáticos disponíveis, certamente existem livros de boa qualidade — nem sempre os mais adotados pelas escolas; o fato de os professores eventualmente escolherem aqueles que oferecem mais facilidades imediatistas do que recursos efetivos para um trabalho proveitoso em classe deve-se à cristalização de uma forma de utilização inadequada a que foram conduzidos, sobretudo, em razão de condições de trabalho reconhecidamente insatisfatórias.

Mais adiante, ao discutirmos o conteúdo dos livros didáticos, voltaremos a tratar da questão da qualidade. Passemos, agora, a analisar outro ponto: o da quantidade.

A quantidade

O governo federal distribuiu, no ano de 1995, cerca de 60 milhões de livros didáticos aos alunos do 1º grau e já anunciou que, em 1996, o total de livros a serem distribuídos será de cerca de 110

milhões. Como o número de matrículas nesse nível de ensino é de cerca de 28 milhões, isto significa que cada estudante deverá receber, em média, quatro livros apenas no ano em curso. Seria de se esperar que todos os alunos resultassem plenamente atendidos, no máximo, em um período de dois anos consecutivos. Seguramente, não é este o caso. Basta lembrar que, em três anos consecutivos, entre 1989 e 1991, mais de 200 milhões de livros didáticos foram distribuídos para praticamente a mesma população de estudantes. Onde estão tais livros agora? Foram literalmente consumidos, em razão, sobretudo, de uma forma inadequada de distribuição dos mesmos.

Aí se encontra, com segurança, o busílis da questão: os livros são distribuídos aos estudantes quando deveriam sê-lo às escolas. Em cada sala de aula, deveria haver prateleiras com os livros a serem utilizados pelos alunos, um livro para cada um. Na biblioteca da escola, um número razoável de livros deveria estar disponível para aqueles que desejassem retirar e levar para casa. Mantidos os atuais níveis de distribuição pelo governo, em um ou dois anos, todas as salas de aula passariam a dispor de livros de todas as disciplinas para todos os alunos. Com mais um ou dois anos, todas as bibliotecas estariam supridas com um acervo suficiente para atender aos que desejassem retirá-los. Haveria, naturalmente, um aumento expressivo no número de bibliotecas escolares a serem alimentadas. A partir daí, o trabalho a ser realizado seria basicamente o de manutenção, de atualização, ou o de substituição total de natureza tópica, em uma ou outra área.

Naturalmente, uma tal perspectiva pressupõe algumas condições básicas, como uma alteração significativa na forma de utilização dos livros —já referida anteriormente—, além de certa estabilidade

nos títulos disponíveis. Se a primeira das condições citadas esbarra nas precárias condições de trabalho dos professores, a segunda não parece em sintonia com os interesses comerciais das editoras, para os quais a presente situação pode parecer preferível. Entretanto, tal aparência pode ser enganosa, uma vez que a situação atual conduz a uma dependência muito acentuada das editoras em relação aos órgãos governamentais que compram os livros a serem distribuídos. O aumento do número de bibliotecas, conjuminado com o da autonomia das unidades escolares, poderia contribuir para uma maior descentralização das compras. O incremento no número de títulos vendidos poderia compensar amplamente a diminuição das vendas por título. E há ainda o fato de que a sazonalidade das vendas poderia ser bastante atenuada, no caso de uma contínua atividade de manutenção e atualização dos acervos das escolas e das bibliotecas.

Temas como a qualidade ou a quantidade de livros didáticos disponíveis para os estudantes da escola básica encontram-se, naturalmente, associados a problemas financeiros, a questões de custo. Discutiremos tais aspectos, a seguir.

O custo

Não há como tergiversar: o livro didático no Brasil é caro. Lidando-se com tiragens de dezenas de milhares, muitas vezes, de centenas de milhares, não há como entender-se um custo unitário de 20,30 reais, ou até mais.

As editoras alegarão, naturalmente, os custos da produção, onde o livreiro ou o distribuidor abocanham uma parcela expressiva—nunca

inferior a cerca de 30% — do preço de capa. Os direitos autorais, que nunca ultrapassam cerca de 10% do referido preço, na maioria das vezes situando-se muito abaixo de tal patamar — ou mesmo, da metade dele —, são regulados por contratos padronizados, draconianos, e dificilmente poderiam ser responsabilizados pelo custo excessivo dos livros. Neste terreno, além da freqüente falta de regularidade e da arbitrariedade quase geral na fixação das datas de pagamento, ocorrem absurdos do seguinte tipo: nas vendas aos órgãos governamentais, como o preço efetivo de venda é muito menor do que o de mercado, a porcentagem de direito autoral também costuma ser diminuída. Assim, se um livro que custaria dez reais tiver sido vendido por cinco reais, os direitos autorais, que seriam, digamos, de 8%, passarão a ser de 4%, numa insólita compreensão do significado da porcentagem.

No caso dos livreiros ou distribuidores, subjaz a questão do dimensionamento do papel do intermediário, às vezes mero "atravessador", que não é peculiar à distribuição do livro enquanto produto. Entretanto, o custo excessivo do livro decorre, segundo cremos, de uma opção inicial dos editores por determinado tipo de produto: o livro "de luxo". Paradoxalmente, enquanto no inessencial mercado de automóveis, há algum tempo, convivem os chamados modelos "populares" e os modelos mais luxuosos, no mercado de livros didáticos, as edições simplificadas praticamente inexistem. A utilização de quatro cores, por exemplo, é um fator de encarecimento que, muitas vezes, pouco contribui para a qualidade do livro. Grande parte das páginas coloridas o são de modo perfunctório e artificioso, funcionando, na melhor das hipóteses, como cenários de fogos de artifícios, com idêntica fugacidade, e em muitos casos, como mera poluição visual.

As novas tecnologias informacionais, que contribuíram de modo expressivo para a diminuição nos custos da produção editorial,

eliminando etapas como a datilografia dos originais e eliminando ou simplificando tarefas relativas à diagramação ou à composição, não parecem ter provocado alterações significativas no custo final. Em termos comparativos, o preço de uma calculadora eletrônica com as operações ou funções básicas despencou, nos últimos 20 anos, tornando-se muito mais acessível do que o de um livro didático. Certamente a comparação não se justifica em termos de processo de produção, servindo apenas para evidenciar a dificuldade de acesso ao livro em razão de seu custo.

A idéia de uma simplificação na produção gráfica, sem prejuízo da qualidade, com uma sensível diminuição no preço final, tem sido explorada em diversos países—considerados desenvolvidos —, para aumentar a acessibilidade a textos de diferentes tipos. Séries como a Dover Thrift Editions (Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha), apresentando clássicos em texto integral, a preços que variam entre um dólar e dois dólares, como a Alianza Cien (Espanha, preço equivalente a um dólar), ou ainda como a Tascabili Economia Newton (Itália, 100 pagine/1000 lire) expressam a viabilidade da produção a baixo custo, sem qualquer prejuízo no que se refere à qualidade.

No caso dos livros didáticos, a utilização de diversas cores ou de um papel mais sofisticado tem sido tratada como condição *sine qua non* para a edição, o que consideramos uma suposição equivocada pelo menos por duas razões. Em primeiro lugar, é possível produzir-se obras graficamente muito bem elaboradas dispondo-se apenas de uma cor (com seus inúmeros tons) ou de duas cores. Existem ainda opções sóbrias para o papel a ser utilizado, possibilitando um acabamento digno a um preço razoável. Em segundo lugar, parece preferível disseminar o uso adequado do livro didático — ainda que em edições simplificadas (como as Thrift Editions), tornando-o

realmente acessível, em razão de seu baixo custo, independentemente da centralização e da sazonalidade das compras devidas a órgãos governamentais — a investir em sofisticadas produções gráficas, que possivelmente ganharão até prêmios internacionais, mas a um preço de capa absolutamente inconveniente.

Para concluir estas rápidas considerações relativas ao custo do livro didático, vamos insistir em um ponto já referido anteriormente: as editoras vendem livros didáticos aos órgãos governamentais a preços muito mais baixos do que os de mercado, e não há indícios de que tais vendas constituam ações de natureza filantrópica. Se se criassem as condições para que o preço de venda ao público em geral fosse igual ao de venda aos órgãos governamentais, já teríamos dado um passo significativo no sentido de uma maior presença dos livros nas salas de aula.

A atualização

Um quarto ponto a ser considerado nesta reflexão é o conteúdo dos livros didáticos, particularmente no que se refere a sua relação com o universo extra-escolar. Afirma-se, muitas vezes, que os livros seriam desatualizados, que não estariam em sintonia com as circunstâncias e as necessidades atuais, mesmo as do mundo científico. Trata-se, mais uma vez, de uma meia-verdade, como mostraremos a seguir.

É verdade que, em algumas áreas do conhecimento, os conteúdos dos livros didáticos parecem mais imunes a mudanças do que em outras: em matemática, por exemplo, o cálculo diferencial e integral

— um tema que se constituiu em disciplina no século **XVII** — permanece ausente dos programas da escola básica, enquanto que em biologia ou em química, temas desenvolvidos no próprio século **XX**, como a radioatividade ou certos tópicos de genética, sobretudo os relacionados com o DNA, já se encontram regularmente instalados nos currículos. De modo geral, no entanto, não parece justa uma afirmação generalizada da desatualização.

No que se refere à forma, sobretudo a partir da década de 70, paralelamente a uma incorporação descabida de certas características desejáveis apenas nos cadernos, houve um acentuado predomínio dos livros seriados em relação aos compêndios: tornou-se cada vez mais difícil encontrar um livro de álgebra, ou de aritmética, ou mesmo de geometria. Além disso, a prática da excessiva subdivisão dos temas, em muitos casos em doses iguais ou inferiores à duração de uma aula, fragmentou de tal forma a apresentação dos assuntos que muitos deles tornaram-se francamente irreconhecíveis.

Tal subdivisão é inteiramente consentânea à concepção cartesiana do conhecimento, traduzindo, na prática, as regras do método "de bem conduzir a razão e descobrir a verdade nas ciências": diante de uma tarefa complexa, deve-se decompô-la em tarefas simples, imediatamente apreensíveis, e enumerá-las, encadeando-as numa seqüência necessária. Esse modo de conceber os processos cognitivos encontra-se, desde então, fortemente arraigado na organização dos instrumentos e dos trabalhos escolares, sendo responsável pelo caráter aparentemente definitivo de idéias, como as de pré-requisitos, de seriação, de ordem necessária para os estudos, tanto no interior de cada disciplina quanto no planejamento das ações interdisciplinares.

No mundo do trabalho, as pressuposições cartesianas conduziram a alguns desvios associados principalmente às práticas tayloristas de multiparcamento de tarefas a serem realizadas por "especialistas", em geral desconhecedores do projeto global para o qual contribuem. Hoje, a concepção de especialista não mais se coaduna com os preceitos cartesianos: um especialista é alguém que é capaz de atuar como assessor ou consultor na realização de um projeto, cujo conhecimento integral é uma condição prévia para a assessoria/consultoria. Se no mundo do trabalho tal concepção de especialização já se instaurou, no interior da escola, nos diversos níveis de ensino, ela ainda se encontra muito distante. Quando se fala em desatualização dos livros didáticos, é precipuamente neste sentido que tal carapuça pode ser vestida.

De fato, se a parafernália de instrumentos computacionais é capaz de fornecer recursos gráficos suficientes para transformar o livro em objeto — ainda que grande parte deles produza efeitos de simples cosméticos —, o mesmo não se pode afirmar no que se refere à configuração epistemológica do livro didático. Mesmo nos livros produzidos de forma tecnicamente mais sofisticada, a noção de conhecimento que subjaz é francamente cartesiana, fragmentando e hierarquizando excessivamente os subtemas, levando a sério, além do necessário, as distinções entre as fronteiras disciplinares, não incorporando minimamente certas transformações paradigmáticas presentes inclusive na concepção de tais recursos informacionais.

Assim, em um livro didático, de modo geral, poucas vezes se consegue escapar da apresentação convencional, que distingue com nitidez o momento da teoria do momento dos exercícios de aplicação; estes, por sua vez, quase sempre limitam-se a problemas

estereotipados, onde também se distingue com nitidez os dados — sempre os necessários e suficientes para a resolução — dos pedidos a serem determinados com a utilização dos dados. Tanto o momento da formulação do problema, a partir de uma situação concreta onde a questão a ser respondida ainda não está nitidamente formulada, quanto a etapa do reconhecimento dos dados que serão necessários para a resposta a tal questão costumam ser subestimados e simplificados excessivamente, fornecendo-se o problema pronto, bem formulado — às vezes, até equacionado —, carecendo apenas da aplicação da "teoria" aprendida.

Uma tentativa de romper com tais estereótipos tem sido levada a efeito, nos últimos anos, com o aparecimento de um número expressivo de textos conhecidos como "paradidáticos". Nestes, os temas costumam ser apresentados de modo menos comprometido com o isolamento e a fragmentação cartesianos, buscando-se construir o significado dos mesmos a partir de suas múltiplas relações com diferentes áreas do conhecimento, transitando-se de modo mais instigante por entre as diversas fronteiras disciplinares. Esse tipo de livro, no entanto, ainda busca o reconhecimento como um recurso fecundo em termos pedagógicos, aspirando à ultrapassagem do estatuto de mero "aperitivo" a ser seguido pela "refeição" propriamente dita constituída pelo livro didático.

Também os jornais, em diversos países, têm buscado sublinhar suas possibilidades como recurso pedagógico, elaborando programas de utilização em sala de aula cujas metas evidenciam certas limitações dos livros didáticos que não lhes são inteiramente intrínsecas, decorrendo, em grande parte, da idéia de conhecimento subjacente, que necessitaria ser seriamente repensada.

Assim, se há uma desatualização de que os livros didáticos efetivamente padecem, ela se refere muito mais à concepção de conhecimento que implicitamente veiculam, em todas as áreas, do que a informações tópicas nos diversos temas abordados.

Conclusão

O livro didático é um tema candente, envolvendo questões complexas, para as quais, muitas vezes, têm sido propostas respostas excessivamente simplificadas.

Nessas reflexões, procuramos mostrar que, entre nós - assim como em todos os lugares do mundo -, existem hoje, existiram no passado e provavelmente sempre existirão livros de boa qualidade e livros de qualidade duvidosa; toda generalização no que respeita à má qualidade parece resultar de insipiência ou de má fé. A forma mais freqüente de utilização dos livros, que consideramos inadequada, superestima o papel dos mesmos em relação a outros instrumentos para o trabalho pedagógico, conduzindo à escolha, por parte dos professores, daqueles que oferecem mais 'facilidades'. É necessário repensar-se, pois, o papel do livro didático, mantendo-se seu caráter necessário, mas redimensionando-se sua importância relativa. O professor não pode abdicar do privilégio de projetar os caminhos a serem trilhados juntamente com os alunos, conformando-se aos oferecidos pelo livro didático, ainda que de boa qualidade. Ao assumir a responsabilidade de determinar os rumos de suas aulas, articulando múltiplos materiais didáticos, diminuirão naturalmente as exigências relativas ao livro, tornando aceitáveis como coadjuvantes muitos textos que seriam reprovados como protagonistas dos trabalhos em classe.

No aspecto relativo à quantidade dos livros disponíveis para os alunos de 1º grau na escola pública, argumentamos ainda no sentido de apontar uma inadequação na forma de distribuição dos mesmos pelos órgãos governamentais. Esta deveria visar fundamentalmente às escolas e não aos alunos. A doação às escolas possibilitaria uma somatória dos esforços no sentido da consolidação do suprimento; a doação anual aos alunos inviabiliza tal estabilização, satisfazendo apenas aos interesses comerciais mais imediatistas das editoras. Se os livros fossem distribuídos às escolas, em poucos anos todas as salas de aula estariam supridas com textos suficientes para todos os alunos, as bibliotecas também teriam exemplares suficientes para empréstimo aos que desejassem, e as compras seriam estabilizadas em um patamar razoável, consistindo basicamente na atualização de alguns poucos títulos, ou em substituições tópicas, em áreas específicas.

No que se refere ao custo do livro didático, entre nós certamente ele é excessivo, em razão, sobretudo, de uma opção explícita pelo livro "de luxo", sem a oferta de modelos "populares". A edição de tais modelos "populares" não significaria necessariamente abdicar da qualidade. Os livros didáticos, efetivamente, poderiam custar muito menos—e muitas vezes, são vendidos por preços realmente baixos para os órgãos governamentais. A qualidade gráfica não pode ser identificada com o recurso a papéis sofisticados ou com um uso exagerado de cores, quase sempre de modo apenas supérfluo. É certamente preferível ter-se um livro mais barato, acessível a um público bem mais amplo, ainda que utilizando apenas uma ou duas cores e um papel mais simples, a modelos destinados a ganhar prêmios editoriais no exterior, mas de preço inacessível para a maioria dos alunos.

Quanto à pretensa desatualização dos livros didáticos, ela efetivamente existe, mas não se refere, em geral, aos conteúdos tratados nas diversas áreas do conhecimento, nem aos recursos formais para a elaboração do livro enquanto objeto. Ela é particularmente notável na falta de sintonia entre a concepção de conhecimento que subjaz aos temas tratados nas diferentes disciplinas, fortemente comprometida com os paradigmas cartesianos de fragmentação e hierarquização dos conteúdos, e a que emerge, nos últimos 40 ou 50 anos, do universo extra-escolar, particularmente do mundo do trabalho. Nesta última, as fronteiras disciplinares são muito flexíveis; os significados são construídos a partir de múltiplas relações, envolvendo diferentes áreas do conhecimento; os encadeamentos lineares dão lugar a um entrelaçamento de noções que relativiza sensivelmente idéias, como as de pré-requisito, seriações ou ordenações necessárias para os temas a serem estudados. Neste sentido, os chamados livros "paradidáticos" costumam apresentar certas características francamente desejáveis nos livros didáticos.

Para concluir, uma última observação. Em diferentes momentos, ao longo da história das análises e críticas da qualidade e das funções dos livros didáticos, espectros de controle de qualidade por parte do governo puderam ser vislumbrados, surgindo idéias de comissões

nacionais de avaliação, de elaboração de listas de livros com certificado de "qualidade", ou até de produção de textos por parte do poder público. Consideramos medidas desta estirpe francamente inoportunas, estando destinadas apenas a aumentar ainda mais os problemas existentes no setor. Já existem instrumentos e foros adequados para a gestação nas transformações relativas à produção e à forma de utilização do livro didático. A produção de livros de baixo custo pode ser estimulada pelos órgãos governamentais de diferentes maneiras. Os cursos de formação de professores devem procurar influir na constituição de uma forma de utilização mais adequada dos livros didáticos. As universidades devem incrementar a participação, através de seus docentes, na produção de materiais didáticos atualizados, sobretudo no que se refere à sintonia com os paradigmas emergentes relativos à concepção de conhecimento. Tais materiais, no entanto, devem ser oferecidos ao público em geral, podendo ser adotados ou não, em decorrência de seus eventuais méritos.

O estímulo à produção de textos didáticos de boa qualidade e de baixo custo pode advir, portanto, de diferentes fontes, de múltiplas formas. É fundamental, no entanto, ter-se sempre o cuidado de evitar o oficialismo ou o caráter policialesco na proposição das ações a serem realizadas.